



RESOLUÇÃO CONSEPE 45/2023

ALTERA O REGULAMENTO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO – USF.

O Presidente do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE, no uso das atribuições que lhe conferem o Estatuto e Regimento da Universidade São Francisco – USF e em cumprimento à deliberação do Colegiado em 18 de outubro de 2023, constante do Parecer e Processo CONSEPE 5/2023, baixa a seguinte

RESOLUÇÃO

Art. 1.º Fica alterado, conforme anexo, o Regulamento do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação da Universidade São Francisco – USF.

Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor nesta data, revogando a Resolução 32/2020 e demais disposições contrárias, com vigência para os ingressantes a partir do 2.º semestre letivo de 2023,

Art. 3.º Dê-se ciência aos interessados e a quem de direito para que a presente produza seus efeitos.

Bragança Paulista, SP, 18 de outubro de 2023.

Assinado digitalmente por:
GILBERTO GONCALVES
GARCIA
CPF: ***.520.431-**
Data: 09/11/2023 19:34:01 -03:00

Gilberto Gonçalves Garcia
Presidente



Anexo à Resolução CONSEPE 45/2023

REGULAMENTO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM EDUCAÇÃO MESTRADO E DOUTORADO

TÍTULO I DA CARACTERIZAÇÃO

Art. 1.º O Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação da Universidade São Francisco – USF regulamenta-se por este instrumento.

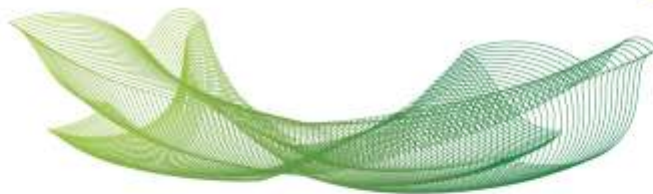
Art. 2.º O Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação destina-se à produção de novos conhecimentos e à formação de docentes e pesquisadores.

Art. 3.º O Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação é desenvolvido por meio de estudos e investigações que abordam os aspectos sociais, históricos e culturais relativos às questões educacionais.

Parágrafo único. O Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação compreende os níveis de Mestrado e Doutorado, que são níveis independentes e terminais, não constituindo um, necessariamente, pré-requisito para o outro.

Art. 4.º Os cursos de Mestrado e de Doutorado do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação compreendem atividades de naturezas diversas, como:

- I. aulas em componentes curriculares;
- II. estudos individuais e em equipe;
- III. pesquisas seguindo as linhas estabelecidas no Programa;
- IV. seminários;
- V. estágios docentes;
- VI. atividades que integrem os estudantes da graduação com a pós-graduação;
- VII. atividades que integrem os estudantes da pós-graduação com as atividades de extensão e de inserção econômica e social;
- VIII. outras atividades determinadas pelo colegiado do programa, quando for o caso.



TÍTULO II DA FINALIDADE E DOS OBJETIVOS

Art. 5.º O Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação tem por finalidade a formação de pesquisadores voltados para a investigação de questões relativas à educação, qualificação de docentes para o exercício do magistério superior e preparação de profissionais para assessoria no campo da educação a órgãos públicos e privados, produzindo e difundindo o conhecimento da área.

Art. 6.º São objetivos do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação:

- I. desenvolver postura investigativa de pesquisa por meio do estudo sistemático no enfrentamento dos desafios da sociedade contemporânea;
- II. instigar múltiplas leituras dos processos sociais, culturais, econômicos e políticos que possam contribuir para o aprimoramento das políticas, programas e projetos voltados à Educação;
- III. promover o diálogo entre os estudos acadêmicos e as demandas da sociedade para o desenvolvimento local, regional, nacional e latino-americano;
- IV. contribuir para a formação de pesquisadores e profissionais críticos para atuar em múltiplos contextos educativos.

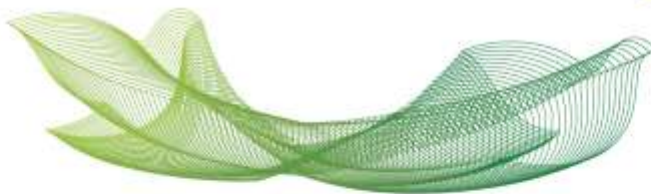
TÍTULO III DO PLANEJAMENTO E DA EXECUÇÃO

Art. 7.º O Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação deve atender ao Estatuto e Regimento da Universidade São Francisco e às normas e exigências da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, do Ministério da Educação.

Art. 8.º As atividades do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação são vinculadas à Pró-Reitoria de Ensino, Pesquisa e Extensão – PROEPE, supervisionada pelo Núcleo de Pós-Graduação Stricto Sensu – NPS.

Art. 9.º O Núcleo de Pós-Graduação Stricto Sensu, vinculado à Pró-Reitoria de Ensino, Pesquisa e Extensão, é o órgão executivo responsável pela gestão acadêmica e estratégica dos Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu – PPGSS da USF.

Parágrafo único. O NPS é regido por regulamento próprio, aprovado pelo Conselho Universitário – CONSUN.



TÍTULO IV DO PROGRAMA

Art. 10. O PPGSS em Educação tem seu Colegiado composto por todos os docentes permanentes do Programa e um representante discente eleito por seus pares.

Parágrafo único. O mandato do representante discente do Programa é de um ano.

Art. 11. O Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação tem seu coordenador e vice-coordenador designados pelos Pró-Reitores de Ensino, Pesquisa e Extensão e de Administração e Planejamento, ouvidos o Colegiado do Programa e o coordenador do Núcleo de Pós-Graduação Stricto Sensu.

§ 1.º Ao coordenador do PPGSS em Educação, cabe a coordenação das atividades do respectivo Programa, juntamente com o seu Colegiado.

§ 2.º O mandato do coordenador de cada Programa é de dois anos, permitindo-se a recondução.

§ 3.º Ao vice-coordenador do PPGSS em Educação cabe auxiliar o coordenador nas atividades do respectivo Programa, juntamente com seu colegiado.

§ 4.º O mandato do vice-coordenador de cada Programa é de dois anos, permitindo-se recondução.

Art. 12. Compete ao coordenador do Programa:

- I. coordenar as atividades acadêmicas e de pesquisa e responder pelo governo do Programa;
- II. manifestar-se oficialmente sobre as alterações do Programa;
- III. aprovar as Comissões Examinadoras de Qualificação e de Defesa, indicadas pelos respectivos orientadores e com ciência do discente;
- IV. elaborar os cronogramas de atividades do Programa, em consonância com o Calendário Acadêmico e de Atividades;
- V. decidir sobre o aproveitamento de créditos, ouvido o respectivo orientador e a linha de pesquisa, segundo as normas e legislação vigentes;
- VI. decidir sobre os pedidos de trancamento, cancelamento e retorno de alunos, após manifestação do respectivo orientador, ouvido o Colegiado do Programa;
- VII. deliberar sobre pedidos de prorrogação de prazo para conclusão do curso, ouvido o respectivo orientador;
- VIII. homologar os títulos de Mestre e Doutor;
- IX. observar e acompanhar continuamente o equilíbrio dos seguintes aspectos:
 - a. docentes por linha de pesquisa;



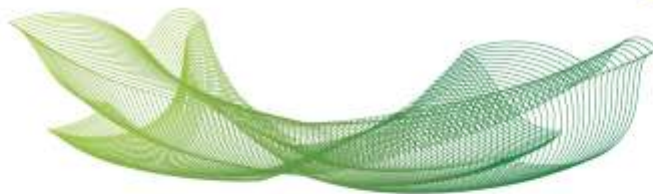
- b. discentes por orientador;
 - c. distribuição de carga horária entre ensino, pesquisa e orientação;
 - d. projetos de pesquisa aprovados em agência de fomento por professor;
 - e. produção intelectual dos docentes;
- X. implantar medidas corretivas e demandas identificadas nas avaliações externas e internas;
 - XI. identificar e propor convênios ou acordos com instituições públicas e/ou privadas com vistas a parcerias institucionais estratégicas para o desenvolvimento do curso ou programa;
 - XII. preencher e enviar as informações solicitadas pela CAPES, com apoio do vice-coordenador e demais docentes do Programa;
 - XIII. coordenar a elaboração e atualização da Proposta Pedagógica, do Regulamento Específico e do Planejamento Estratégico do curso ou programa;
 - XIV. exercer a ação disciplinar no âmbito do curso ou programa e responder por abuso ou omissão.

Art. 13. Compete ao vice-coordenador do Programa:

- I. auxiliar o coordenador na realização das atividades do Programa;
- II. auxiliar o coordenador na organização dos eventos relativos ao programa;
- III. auxiliar o coordenador na realização da avaliação do Programa junto à CAPES e à Reitoria;
- IV. substituir o coordenador em eventos externos ou internos, quando o mesmo não puder comparecer;
- V. representar o coordenador em sua ausência, inclusive deliberando sobre os documentos oficiais.

Art. 14. Compete ao Colegiado do Programa:

- I. estabelecer, observadas as diretrizes dos Órgãos da Administração Superior, as normas para o seu bom funcionamento;
- II. decidir sobre o credenciamento de professores do Mestrado no Doutorado;
- III. estabelecer os critérios para o Exame de Proficiência em Língua Estrangeira;
- IV. deliberar sobre recursos ou representações de estudantes a respeito de questões de ordem pedagógica e disciplinar;
- V. estabelecer normas gerais para a inscrição, seleção e matrícula no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação;
- VI. aprovar a lista de candidatos selecionados para o PPGSS em Educação;
- VII. emitir parecer e decidir sobre os pedidos de colaboração de coorientadores.



Art. 15. Compete ao docente orientador:

- I. acompanhar o estudante durante o curso, orientando o pós-graduando na escolha dos componentes curriculares, na elaboração do projeto e do trabalho final de dissertação ou tese;
- II. delinear, com o mestrando ou doutorando, o plano de trabalho;
- III. acompanhar o progresso do plano de trabalho, da dissertação ou tese dos orientandos em todas as etapas, bem como todo o processo de aprendizado, por meio dos relatórios finais nos componentes de Orientação a cada semestre e das produções decorrentes do trabalho;
- IV. diagnosticar problemas e dificuldades que estejam interferindo no desempenho do estudante e orientá-lo na busca de soluções, além de manter o coordenador informado sobre as atividades desenvolvidas pelo orientando;
- V. acompanhar a matrícula do estudante, semestralmente, para garantir o cumprimento dos prazos e aproveitamento dos estudos.

TÍTULO V DO CORPO DOCENTE

Art. 16. O corpo docente do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação é constituído por professores orientadores integrantes do quadro de carreira do Magistério Superior da Universidade São Francisco.

§ 1.º Os docentes integrantes do programa podem ser classificados como permanentes, colaboradores ou visitantes, a saber:

- I. Docentes Permanentes: integram a categoria aqueles que desenvolvem atividades de ensino, pesquisa e extensão na pós-graduação e graduação, com participação em projetos e orientações de estudantes nos cursos de mestrado e/ou doutorado;
- II. Docentes Visitantes: integram a categoria aqueles que possuem vínculo funcional administrativo com outras instituições brasileiras ou estrangeiras, que estejam liberados, mediante acordo formal de cooperação acadêmica, técnica, científica e cultural, das atividades correspondentes para colaborarem, por um período contínuo de tempo e em regime de dedicação integral, em projetos de pesquisa e atividades de ensino nos programas da USF, sendo permitido que atuem como orientadores de estudantes e/ou atividades de extensão;
- III. Docentes Colaboradores: integram a categoria os demais membros do corpo docente do programa que não atendam aos requisitos para serem enquadrados como docentes



permanentes ou visitantes, incluídos os bolsistas de pós-doutorado, mas que participem de forma sistemática do desenvolvimento de projetos de pesquisa ou atividades de ensino ou extensão e/ou da orientação de estudantes, com vínculo funcional ou mediante acordo formal de cooperação acadêmica, técnica, científica e cultural com outra instituição.

§ 2.º O desempenho de atividades esporádicas como conferencista, membro de banca examinadora, coautoria de trabalhos ou aula em componentes curriculares da pós-graduação de forma isolada não caracteriza vínculo como integrante do corpo docente do programa.

§ 3.º O professor permanente do programa deverá participar de atividades colegiadas institucionais, como:

- I. atuação em comissões de seleção e de concessão de bolsas;
- II. colaboração na editoração e no conselho editorial das revistas acadêmicas da USF;
- III. atuação em cargos de gestão e de assessoramento;
- IV. organização e participação em eventos;
- V. colaboração em colegiados e comissões;
- VI. cooperação em sociedades e/ou associações científicas reconhecidas na área, a partir de aprovação da PROEPE.

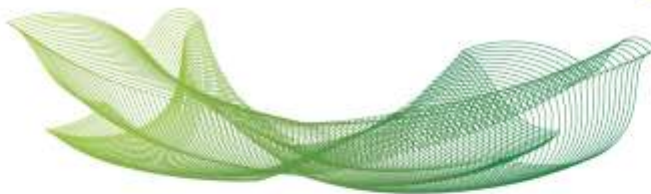
§ 4.º A atuação do docente ou pesquisadores visitantes no programa deverá ser viabilizada por contrato de trabalho por tempo determinado, executado pela USF, ou bolsa concedida para esse fim.

Art. 17. A abertura de vaga docente para atuar no programa de Pós-Graduação Stricto Sensu se dará a partir de edital próprio, permitindo candidatos internos e externos, com autorização da PROEPE e da Pró-Reitoria de Administração e Planejamento – PROAP.

§ 1.º Para o credenciamento dos docentes permanentes, a partir da abertura de vaga interna e externa, via processo seletivo, será instituída pela PROEPE uma comissão de avaliação composta por sete membros, a saber:

- I. coordenador(a) do NPS;
- II. diretor(a) de câmpus ao qual o programa pertence;
- III. coordenador(a) de programa;
- IV. coordenador(a) do curso de graduação de área;
- V. dois(duas) professores(as) do programa de pós-graduação stricto sensu da área de interesse;
- VI. um(a) representante externo(a) com título de doutor vinculado(a) a outro programa de pós-graduação stricto sensu da área.

§ 2.º Serão requisitos mínimos para o credenciamento de docentes:



- I. apresentar produção intelectual compatível com as exigências da área de cada programa e com as políticas internas institucionais;
- II. ter experiência anterior de orientação em iniciação científica ou em trabalhos de conclusão de curso de graduação ou pós-graduação;
- III. ter participado de grupo de pesquisa;
- IV. ter experiência docente.

§ 3.º O docente selecionado para atuar no programa de Pós-Graduação Stricto-Sensu será lotado no curso de graduação relacionado a sua formação, para fins de enquadramento administrativo.

Art. 18. O credenciamento ou descredenciamento dos docentes permanentes ocorrerá bianualmente, mediante relatório circunstanciado considerando os documentos de área da CAPES e diretrizes institucionais, emitido pela comissão avaliadora instituída pela PROEPE, composta por seis membros:

- I. coordenador(a) do NPS;
- II. diretor(a) de câmpus;
- III. um(a) coordenador(a) de curso de graduação;
- IV. dois(duas) docentes dos programas de Pós-Graduação Stricto Sensu não avaliados;
- V. um(a) representante docente do programa avaliado.

§ 1.º Para o credenciamento ou descredenciamento do docente permanente serão considerados os seguintes aspectos norteadores:

- I. apresentar produção acadêmica compatível com a área, no que se refere a quantidade e qualidade;
- II. manter o fluxo de estudantes sob orientação indicados pela área;
- III. oportunizar o tempo de integralização do curso por meio de orientação propositiva;
- IV. manter publicações com os discentes orientados;
- V. coordenar projetos e grupos de pesquisa;
- VI. ter projetos aprovados em agência de fomento externo;
- VII. colaborar com a inserção social da pós-graduação por meio de ações e projetos;
- VIII. estar inserido em comissões descritas no art. 15, § 3.º, desta resolução;
- IX. atuar no ensino da graduação e pós-graduação;
- X. contribuir na pós-graduação lato sensu;
- XI. atuar na gestão, quando for o caso.

§ 2.º Para o credenciamento e o credenciamento de docentes colaboradores do programa, serão considerados os critérios estabelecidos pelos documentos de área no planejamento estratégico do programa e das diretrizes institucionais.



Art. 19. O professor orientador credenciado no PPGSS em Educação poderá solicitar afastamento remunerado para realização de estágio pós-doutoral, cuja análise de deferimento cabe à PROEPE, ouvidos o Colegiado do Programa e a Coordenação do NPS.

§ 1.º Com vistas ao desenvolvimento da internacionalização do Programa, somente serão analisadas e deverão ser submetidas à PROEPE as solicitações de afastamentos remunerados para a realização de estágio pós-doutoral em instituições estrangeiras.

§ 2.º Serão analisadas apenas as propostas que contemplem um período de até 5 meses de afastamento, compreendidos no mesmo semestre letivo, de acordo com o calendário escolar institucional em vigor na época do afastamento.

§ 3.º O docente do Programa de Pós-Graduação Stricto-Sensu em Educação poderá solicitar afastamento remunerado somente após 3 anos de credenciamento no Programa.

§ 4.º Poderá ser concedido o afastamento de um único docente por semestre para o PPGSS em Educação, seja ele remunerado ou não.

§ 5.º A carga horária semestral, referente a aulas na graduação ou no PPGSS, do docente afastado deverá ser distribuída e assumida pelos demais docentes do Programa.

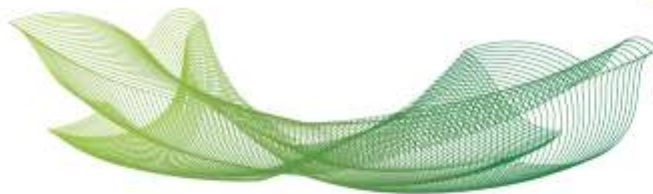
§ 6.º Os orientandos do professor afastado deverão ser assistidos por outros professores do Programa durante o período de afastamento, mediante carta de anuência do orientador, orientando e professor substituto.

§ 7.º O formulário de solicitação de afastamento do docente deverá ser encaminhado à PROEPE, acompanhado dos pareceres da Coordenação do Programa e do coordenador do Núcleo de Pós-Graduação Stricto Sensu.

§ 8.º O formulário de solicitação de afastamento remunerado do docente do Programa deverá ser acompanhado de ata do Colegiado do Programa, assinada por todos os seus membros, contendo:

- I. a aprovação do afastamento pelo Colegiado do Programa e as devidas justificativas da relevância acadêmica do afastamento do docente para o Programa;
- II. a distribuição da carga horária de aulas do docente solicitante (na graduação e no programa), durante o período de afastamento, com os respectivos docentes que o substituirão;
- III. os docentes do Programa que serão responsáveis por assistir formalmente os orientandos do solicitante durante o período de afastamento do orientador;
- IV. o projeto de estágio no exterior, constando o período de afastamento, e uma carta de aceite da Instituição Estrangeira.

§ 9.º Após seu retorno, o professor afastado com remuneração se comprometerá a permanecer com



suas atividades na universidade e no Programa de Pós-Graduação Stricto-Sensu em Educação por um período mínimo equivalente a três anos.

§ 10. O trabalho realizado no período de afastamento remunerado do docente do Programa deverá gerar publicações de significativa relevância para a avaliação da CAPES.

§ 11. O docente que tiver seu pedido de afastamento deferido nas condições deste regulamento terá seus vencimentos integrais equivalentes ao número de horas-atividade semanais referentes ao mês imediatamente anterior ao seu afastamento, durante o tempo em que permanecer afastado (no máximo 5 meses).

TÍTULO VI DA COORIENTAÇÃO

Art. 20. O coorientador é um docente com título de doutor, pertencente ou não ao corpo docente da USF, com competência na linha de pesquisa e na temática da dissertação ou tese.

§ 1.º O coorientador será indicado pelo orientador, que deverá justificar sua participação perante o colegiado do programa e conhecimento do NPS.

§ 2.º O coorientador será específico para um estudante durante a execução do projeto de dissertação ou tese, não implicando em credenciamento junto ao PPGSS.

Art. 21. Cabe ao coorientador contribuir efetivamente na realização do projeto de dissertação ou tese do estudante de pós-graduação.

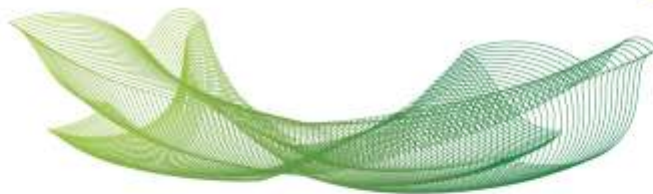
Art. 22. O coorientador poderá recusar a incumbência de coorientar o estudante a qualquer momento, mediante justificativa por escrito para conhecimento do colegiado do programa.

Art. 23. O coorientador externo deverá ter vínculo formal com a USF por meio do termo de adesão ao serviço voluntário de coorientação emitido pelo Núcleo de Carreira Docente.

§ 1.º A emissão de certificados de coorientação está condicionada à assinatura do termo de adesão ao serviço voluntário

§ 2.º O pesquisador em estágio de pós-doutoramento da USF poderá atuar como coorientador, conforme assinatura do termo de adesão ao serviço voluntário.

Art. 24. Docente ou pesquisador estrangeiro vinculado a Instituições de Ensino e Pesquisa do exterior, portador do título de Doutor, que participe efetivamente na supervisão do estudante, pode ser coorientador, sendo necessária a assinatura do termo de adesão ao serviço voluntário, a



aprovação pelo colegiado do programa e a anuência no NPS.

TÍTULO VII DO CORPO DISCENTE

Art. 25. O corpo discente do Programa é constituído por:

- I. Estudantes Regulares: os que estão matriculados no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação, após aprovação em processo seletivo;
- II. Estudantes Especiais: os que estão matriculados em componentes curriculares do PPGSS em Educação;
- III. Estudantes Ouvintes: os que estão matriculados em componentes curriculares do PPGSS em Educação, com direito à declaração de participação naquelas disciplinas, desde que tenham o mínimo de 75% de presença às aulas.

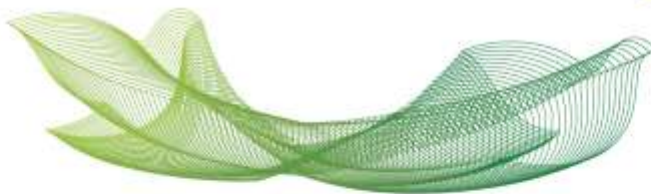
TÍTULO VIII DA INSCRIÇÃO, SELEÇÃO E MATRÍCULA

Art. 26. É requisito mínimo para inscrição no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação ser portador de certificado de conclusão ou diploma de curso superior, cabendo ao Colegiado do Programa estabelecer outras exigências, que deverão constar de Edital próprio para a definição do processo de inscrição e seleção baixado pelo coordenador do Programa, no qual devem constar ainda:

- I. número de vagas;
- II. documentação;
- III. período e local da inscrição;
- IV. período e local da matrícula;
- V. critérios de seleção;
- VI. formas de convocação.

Art. 27. Os critérios de seleção dos candidatos para o ingresso no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação deverão conter:

- I. análise documental;
- II. análise do currículo documentado;
- III. análise do anteprojeto de pesquisa (Mestrado e Doutorado);
- IV. análise do memorial acadêmico (Doutorado);
- V. avaliação escrita;



VI. entrevista.

Art. 28. O candidato selecionado deverá requerer sua matrícula online dentro do prazo estabelecido em Edital, conforme Calendário Acadêmico e de Atividades, mediante a assinatura do contrato de prestação de serviços educacionais.

§ 1.º O estudante regular deverá realizar sua rematrícula a cada semestre letivo, mediante protocolo online, nas datas e prazos fixados pelo Calendário Acadêmico e de Atividades, com a anuência do orientador ou coordenador.

§ 2.º Em todas as fases de seus estudos, o estudante deve estar matriculado em um dos itens da matriz curricular e, ao término dos componentes curriculares, deve matricular-se em Orientação, até o depósito da dissertação ou tese, sob pena de perder o vínculo com a Universidade.

Art. 29. O Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação poderá admitir estudantes Especiais e Ouvintes, que deverão cumprir as exigências para a inscrição explicitadas em Edital de seleção próprio, baixado pela Coordenação do Programa.

§ 1.º O exercício de atividades no Programa como estudante especial não poderá exceder o período de 24 meses, contados a partir da data de sua primeira admissão.

§ 2.º Os componentes curriculares optativos cursados pelo estudante especial nos programas de pós-graduação da USF serão convalidados, em sua totalidade, mediante a solicitação do estudante.

Art. 30. Candidatos aprovados no processo seletivo do PPGSS em Educação para estudante regular e que tenham cursado disciplinas do Programa em regime de aluno especial no período de 5 anos, anterior à data da seleção, bem como tenham sido aprovados nas disciplinas com conceitos iguais ou superiores a “C”, poderão convalidar os créditos obtidos, desde que solicitado ao coordenador do Programa, com o parecer favorável do orientador.

TÍTULO IX DO TRANCAMENTO DA MATRÍCULA E DO DESLIGAMENTO DO ESTUDANTE DO PROGRAMA

Art. 31. O estudante poderá solicitar o trancamento de matrícula no Programa, desde que tenha situação financeira regular com a USF.

§ 1.º Será obrigatório ao estudante que trancar a matrícula o pagamento da parcela vincenda do curso.

§ 2.º O trancamento será concedido uma única vez, por tempo expressamente estipulado no ato da



solicitação, que não pode ultrapassar 12 meses, tanto para o Mestrado quanto para o Doutorado, incluindo o mês em que foi concedido.

§ 3.º O trancamento de matrícula implica a reprovação dos componentes curriculares que o estudante estiver cursando.

§ 4.º O estudante com a matrícula trancada deverá retornar às suas atividades no Programa até o vencimento do prazo de trancamento concedido, observados os prazos e períodos de matrícula previstos pelo Calendário Acadêmico e de Atividades da Universidade São Francisco.

Art. 32. A matrícula do estudante pode ser cancelada pela Universidade São Francisco quando o estudante:

- I. exceder o período de trancamento;
- II. exceder 1 semestre de abandono;
- III. for reprovado 2 vezes na mesma disciplina;
- IV. for reprovado 2 vezes no Exame de Qualificação;
- V. for reprovado 2 vezes no Exame de Proficiência em Língua Estrangeira;
- VI. não cumprir os prazos fixados pelo Programa;
- VII. não efetuar a rematrícula no período previsto pelo Calendário Acadêmico e de Atividades;
- VIII. não cumprir o prazo-limite para a integralização dos créditos e entrega da dissertação ou tese.

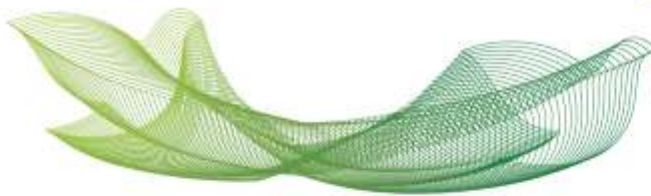
Parágrafo único. O estudante com a matrícula cancelada, excepcionalmente, poderá ser readmitido no Programa a critério do Colegiado, ouvido o respectivo orientador, com anuência do coordenador do programa.

TÍTULO X DO REGIME DIDÁTICO

Art. 33. Os prazos máximos para o estudante do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação concluir o curso, incluindo a defesa da dissertação ou da tese, são de 2 anos para o Mestrado e de 4 anos para o Doutorado, e os prazos mínimos são de 1 ano para o Mestrado e 2 anos para o Doutorado.

§ 1.º Em caráter excepcional, o coordenador do Programa poderá conceder, uma única vez, prorrogação do prazo máximo para conclusão do curso, destinada à adoção de providências finais para a apresentação da dissertação ou da tese, por um período de até 6 meses para o Mestrado e até 12 meses para o Doutorado.

§ 2.º Para que seja concedida a prorrogação do prazo, o estudante deverá ter sido aprovado no



exame de qualificação.

§ 3.º O requerimento de prorrogação de prazo, subscrito pelo estudante e pelo orientador, deverá ser instruído de uma versão preliminar da dissertação ou da tese e deverá conter um cronograma indicativo das atividades a serem desenvolvidas pelo estudante, substanciando a perspectiva de conclusão do curso dentro do período adicional pleiteado.

§ 4.º Salvo casos excepcionais, o estudante que estiver no período de prorrogação de prazo não poderá solicitar trancamento de matrícula.

Art. 34. O Colegiado do Programa fará a alocação dos estudantes aprovados pelo processo seletivo para os professores orientadores credenciados no prazo previsto pelo calendário do Programa, respeitando-se o limite máximo recomendado de 8 orientandos por professor.

Parágrafo único. Será permitida a substituição de um professor orientador por outro, desde que aprovada pelo Colegiado do Programa.

Art. 35. Cabe ao professor orientador a supervisão dos estudos do estudante visando à elaboração de dissertação ou tese.

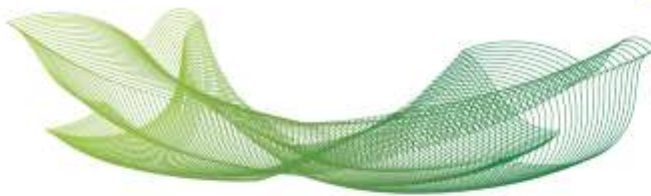
Parágrafo único. O professor orientador poderá contar com a colaboração de um coorientador externo, brasileiro ou estrangeiro, por estudante, desde que aprovado pelo Núcleo de Pós-Graduação Stricto Sensu, e com o conhecimento do Colegiado do Programa, como disposto no art. 20, deste regulamento.

Art. 36. O estudante regular poderá complementar seus estudos participando de atividades e/ou disciplinas em outras instituições, inclusive no exterior, com a anuência do orientador e do Colegiado do Programa.

Parágrafo único. A USF poderá estabelecer convênios com instituições estrangeiras para o desenvolvimento de Programas de Doutorado-Sanduiche e a formação de mestres e de doutores em cotutela, com ou sem dupla titulação, permitindo a obtenção de Diploma de Mestrado ou de Doutorado, concomitantemente, nas duas instituições.

Art. 37. O período letivo do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação consta do Calendário Acadêmico e de Atividades da Universidade São Francisco, aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE.

Art. 38. O estudante do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação deverá demonstrar proficiência em língua estrangeira para o Mestrado e para o Doutorado (inglês, francês



ou espanhol).

§ 1.º O estudante de Mestrado deverá demonstrar proficiência em apenas uma língua.

§ 2.º No caso do Doutorado, o estudante deverá demonstrar proficiência em duas línguas, podendo ser convalidada a proficiência do mestrado, no entanto, a segunda língua deve ser diferente da do mestrado.

§ 3.º O exame de proficiência em língua estrangeira seguirá normas e cronograma definidos pelo Colegiado do Programa, constantes de Edital baixado pelo coordenador, sendo ofertado minimamente 2 vezes ao ano.

§ 4.º O estudante poderá apresentar comprovação de realização de teste de proficiência por instituição externa especializada, sendo aceitos os testes TOEFL IBT (nível mínimo=79), TOEFL ITP (nível mínimo=550), Cambridge Exam (nível mínimo=CAE B2), IELTS (nível mínimo=6,0) para o inglês e SIELE (nível mínimo=C2), DELE (nível mínimo=C2) para o espanhol, DALF (Diplôme Approfondi de Langue Française, nível mínimo de C1), DELF (Diplôme d'Études en Langue Française, nível mínimo de B2), para o francês.

§ 5.º Poderão ser aceitos outros testes externos que não os listados anteriormente, desde que fique comprovada a equivalência entre o resultado do teste apresentado e os níveis estabelecidos no § 4.º.

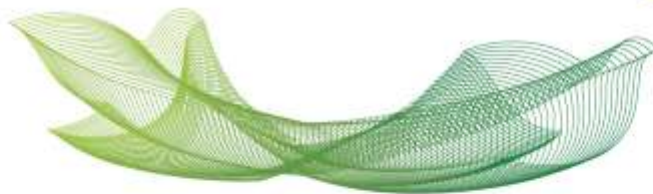
Art. 39. O Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu compreende um grupo de componentes curriculares denominados Núcleo Comum (somente para o Mestrado), Núcleo de Disciplinas Obrigatórias, Núcleo de Disciplinas Optativas e Núcleo de Integração para o Mestrado e para o Doutorado.

Art. 40. A integralização dos estudos necessários ao Mestrado e ao Doutorado será expressa em unidades de crédito.

§ 1.º Os itens que compõem a matriz curricular possuem, no mínimo, 4 créditos e múltiplos de 4, cada crédito correspondendo a 15 horas.

§ 2.º Para o Mestrado, deverão ser integralizados no mínimo 78 créditos; sendo 20 em componentes curriculares, dos quais 12 créditos em componentes curriculares obrigatórios e 8 em componentes curriculares optativos, 4 créditos para estágio docente, 4 créditos para atividade complementar, 16 créditos de orientação (4 por semestre cursado), 4 créditos de qualificação e 30 para a apresentação da dissertação.

§ 3.º Para o Doutorado, deverão ser integralizados no mínimo 136 créditos; sendo 32 em componentes curriculares, dos quais 16 obrigatórios e 16 optativos, 4 créditos para estágio docente,



4 créditos para atividade complementar, 32 créditos de orientação (4 por semestre cursado), 4 créditos de qualificação e 60 créditos para a defesa da tese.

§ 4.º Os componentes curriculares serão classificados em 3 tipos, de acordo com o percentual de atividades pedagógicas supervisionadas, conforme a seguir:

- I. Teóricos: 75% de atividades teóricas e 25% de atividades supervisionadas;
- II. Teórico-Práticos: 25% de atividades teóricas, 25% de atividades supervisionadas e 50% de atividades práticas;
- III. Práticos: 100% de atividades práticas, como os componentes de Orientação, Estágio Docente/Profissional, Qualificação, Apresentação e Defesa.

§ 5.º As atividades supervisionadas correspondem a 25% da carga horária dos componentes curriculares teóricos e teórico-práticos e serão realizadas no ambiente virtual de aprendizagem (AVA), sob a supervisão docente, com registro obrigatório no Plano de Ensino e no Plano de Atividades.

§ 6.º Irão compor a matriz curricular dos cursos de Mestrado e Doutorado, além dos componentes curriculares obrigatórios e optativos: orientações, atividades complementares, estágio docente, qualificação, apresentação de dissertação e defesa de tese.

§ 7.º As atividades complementares são consideradas componentes curriculares com características específicas descritas no art. 71 deste regulamento, que não requerem registro de frequência e nota, sendo pré-requisito para a Apresentação de Dissertação e a Defesa de Tese e cujo lançamento é feito no histórico do pós-graduando no decorrer do curso.

§ 8.º A proficiência em Língua Estrangeira não é considerada componente curricular, é pré-requisito para qualificação e após aprovação do estudante é lançada no sistema acadêmico pelo Núcleo de Registro e Controle Acadêmico – NRCA.

Art. 41. Os estudantes que realizaram seus estudos no nível Mestrado, no Programa e em outros Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu credenciados pela CAPES, poderão ter os créditos relativos às disciplinas cursadas convalidados para o Doutorado.

§ 1.º Quando o Mestrado for cursado em outros Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu credenciados pela CAPES, será atribuído ao estudante um máximo de 8 créditos em componentes curriculares optativos.

§ 2.º Quando o Mestrado for cursado no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação da USF, os estudantes poderão ter todos os créditos relativos aos componentes curriculares optativos cursados convalidados para o Doutorado.

§ 3.º Também será convalidado o Exame de Proficiência não superior a 5 anos.



Art. 42. O Colegiado do Programa poderá, mediante solicitação do estudante e parecer favorável do orientador, convalidar componentes curriculares realizados em outros Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu credenciados pela CAPES, na Universidade São Francisco ou em outras instituições.

§ 1.º Os componentes curriculares ou atividades realizadas no programa ou em outros programas e/ou instituições deverão ser relacionados com o estudo e a pesquisa desenvolvidos pelo estudante no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação da USF, e ter sido cursados ou realizados em um período anterior não superior a 5 anos.

§ 2.º A convalidação em créditos de componentes curriculares ou atividades cursadas no programa ou em outros programas e/ou instituições poderá ser feita em até 8 créditos de componentes curriculares optativos do Programa.

§ 3.º Não é permitido aproveitamento dos componentes curriculares de qualificação, apresentação da dissertação e defesa de doutorado.

Art. 43. A frequência obrigatória às disciplinas e demais atividades do Programa é de 75% da carga horária prevista.

Art. 44. O aproveitamento em cada disciplina ou atividade será avaliado de acordo com os seguintes conceitos:

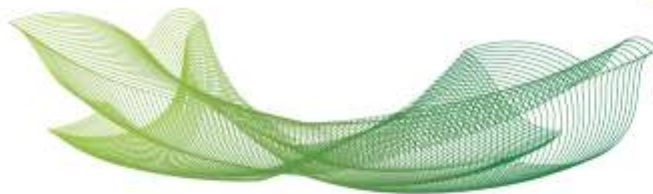
- I. A – Excelente – aprovado;
- II. B – Bom – aprovado;
- III. C – Regular – aprovado;
- IV. D – Insuficiente – reprovado;

Art. 45. O Regime Excepcional para estudantes dos Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu da Universidade São Francisco com vistas à compensação de falta às aulas segue regulamentação própria.

Art. 46. O estudante do doutorado deverá submeter seu trabalho ao processo de Avaliação do Projeto de Pesquisa em desenvolvimento, que consiste na apresentação do trabalho e dos resultados parciais, quando houver.

§ 1.º O estudante do doutorado deverá submeter-se à avaliação no prazo de 2 anos após a matrícula inicial.

§ 2.º O requerimento para participação no processo de avaliação deve ser realizado pelo estudante,



via protocolo online, com a anuência do orientador, até 30 dias antes da data agendada para a apresentação, acompanhado da lista de composição da Comissão Examinadora e da cópia digital do trabalho (pdf).

§ 3.º A apresentação terá duração máxima de 30 minutos e será avaliada por uma Comissão Examinadora composta por 3 docentes, com a presença do orientador.

§ 4.º O estudante reprovado deverá submeter-se novamente ao processo num período máximo de 30 dias.

TÍTULO XI DO EXAME DE QUALIFICAÇÃO

Art. 47. O estudante, tanto do Mestrado quanto do Doutorado, deverá submeter seu trabalho de pesquisa a Exame de Qualificação destinado a avaliar seu grau de conhecimento, qualidade da pesquisa e metodologia proposta.

Parágrafo único. O prazo para a Qualificação é de até 3 semestres para o Mestrado e até 6 semestres para o Doutorado.

Art. 48. O estudante, tanto do Mestrado quanto do Doutorado, deverá realizar os Exames de Qualificação e, para tanto:

- I. ter integralizado os créditos em disciplinas exigidas pelo Programa;
- II. ter cumprido as exigências referentes à proficiência em Língua(s) Estrangeira(s);
- III. ter realizado Estágio Docente ou ter sido dispensado;
- IV. ter sua situação financeira regularizada com a instituição.

§ 1.º O Exame de Qualificação deve ser requerido pelo orientador ao Coordenador do Programa, com anuência por escrito do estudante, com, no mínimo, 30 dias de antecedência.

§ 2.º O requerimento do Exame de Qualificação deve vir acompanhado da composição da Comissão Examinadora, bem como da cópia digital (pdf) do trabalho.

§ 3.º Os Exames de Qualificação poderão contar com a participação a distância dos membros da Comissão Examinadora, via videoconferência.

§ 4.º O estudante pode repetir uma única vez o Exame de Qualificação.

§ 5.º A critério do colegiado do Programa, os Exames de Qualificação poderão ser coletivos.

Art. 49. A mudança de nível ocorre quando, na qualificação de Mestrado, o estudante apresenta desempenho acadêmico compatível ao Doutorado e é indicado pela banca examinadora a realizar



o Doutorado.

§ 1.º A mudança de nível do Mestrado para o Doutorado deve resultar do reconhecimento do desempenho acadêmico excepcional atingido pelo estudante, obtido até o 18.º mês de início no curso.

§ 2.º O estudante beneficiado com a mudança de nível terá o prazo máximo de 3 meses para apresentar sua Dissertação de Mestrado, contados a partir da data da seleção para a referida promoção, nos moldes estabelecidos pelo curso para a conclusão.

TÍTULO XII DA DEFESA DA DISSERTAÇÃO OU TESE

Art. 50. O estudante, tanto do Mestrado quanto do Doutorado, deverá submeter sua dissertação ou tese à defesa para a obtenção do grau de Mestre ou Doutor, respectivamente.

§ 1.º A defesa da dissertação ou tese pressupõe concluídas as demais etapas do Programa, devendo, também, estar regularizada a situação financeira com a instituição.

§ 2.º A apresentação da dissertação ou a defesa de tese devem ser requeridas pelo orientador ao coordenador do Programa, com anuência, por escrito, do estudante com no mínimo 30 dias de antecedência.

§ 3.º É pré-requisito para a defesa a produção intelectual em consonância com a área, sendo a produção de 1 artigo submetido em periódico qualificado (de A1 a B4), no mínimo, ou 1 capítulo de livro ou livro na área da Educação para o Mestrado; e, para o Doutorado, a publicação ou carta de aceite de, pelo menos, 2 produções, sendo 1 artigo em revista qualificada na área de educação (entre A1 e B1), e a outra produção podendo ser artigo em revista qualificada na área de educação (de A1 a B4) ou capítulo de livro acadêmico ou livro acadêmico integral na área da educação.

§ 4.º O arquivo eletrônico do material deverá ser submetido para análise de plágio.

§ 5.º O requerimento da defesa deve vir acompanhado da composição da Comissão Examinadora, ficha pré-defesa, relatório de análise de antiplágio e cópia digital do trabalho (pdf).

§ 6.º As apresentações de mestrado e as defesas de doutorado, podem contar com a participação a distância dos membros da Comissão Examinadora, via videoconferência.

§ 7.º A apresentação da dissertação e a defesa de tese deverão ocorrer em sessão pública.

§ 8.º O trabalho pode ser apresentado em formato tradicional ou em formato de artigos científicos, 1 artigo para o Mestrado e 2 para o Doutorado, e a publicação deve ser em coautoria com o orientador, dentro das normas de apresentação estabelecidas em portaria específica, sendo



privilegiados periódicos dos estratos mais altos do Qualis vigente no período.

§ 9.º Depois da arguição da dissertação ou tese, a Comissão Examinadora deliberará sobre a avaliação do trabalho, sem a presença do candidato, atribuindo-lhe um dos seguintes resultados:

- I. aprovado;
- II. reprovado.

Art. 51. Será considerado aprovado o estudante cuja defesa da dissertação ou tese obtiver, em sessão secreta, a aprovação da maioria dos membros da comissão examinadora.

Parágrafo único. A Comissão Examinadora deverá emitir ata relativa à apresentação da dissertação e defesa de tese e encaminhá-la à Coordenação do Programa para as providências subsequentes.

Art. 52. Em caso de aprovação, o estudante deverá protocolar por meio de requerimento online, realizando o upload do trabalho, cópia digital em arquivo único (formato pdf) da dissertação, no caso do Mestrado; ou da tese, no caso do Doutorado, elaborada em padrão definido pelo Programa, no prazo de até 30 dias, como requisito prévio para a homologação do título, bem como um documento legal em que conste a autorização ou não para a sua divulgação total ou parcial.

§ 1.º A Universidade São Francisco emitirá o diploma de Mestre ou Doutor após a homologação do título pela Coordenação do Programa.

§ 2.º Caberá à secretaria do Núcleo de Pós-Graduação Stricto Sensu o envio, por e-mail, do arquivo contendo o exemplar final da dissertação/tese aos membros da banca, incluindo os suplentes.

§ 3.º O pagamento das mensalidades e/ou bolsa de estudos cessa no momento da defesa da dissertação ou tese.

§ 4.º O estudante que não apresentar a versão final do trabalho nos termos do caput deste artigo em 30 dias deverá solicitar análise do trabalho para homologação, por meio de requerimento específico e recolhimento de taxa prevista na tabela de taxas e emolumentos vigente.

Art. 53. Cabe à Comissão Examinadora a avaliação do estudante e, se for o caso, recomendá-lo ao Doutorado.

Parágrafo único. Quando o estudante de Mestrado, na apresentação da dissertação, é recomendado à passagem direta ao Doutorado pela Comissão Examinadora, estará dispensado da realização do processo seletivo do Programa para este nível e poderá efetuar sua matrícula para o Doutorado, num prazo máximo de 18 meses da apresentação da dissertação, desde que tenham sido ofertadas vagas para o Doutorado para o semestre de matrícula requerido.



TÍTULO XIII DAS COMISSÕES EXAMINADORAS

Art. 54. As Comissões Examinadoras do Exame de Qualificação e da Defesa da Dissertação ou Tese deverão ser requeridas pelo orientador, com anuência por escrito do estudante.

Parágrafo único. Cabe ao coordenador do Programa a aprovação das Comissões Examinadoras.

Art. 55. Os membros das Comissões Examinadoras deverão possuir o título de Doutor ou equivalente na forma da lei.

Art. 56. As Comissões Examinadoras deverão ser compostas:

- I. para o exame de qualificação e defesa de dissertação de Mestrado: por 3 membros, 1 dos quais o orientador, e pelo menos 1 externo à USF;
- II. para o exame de qualificação e defesa de tese do Doutorado: por 5 membros, 1 dos quais o orientador, e, pelo menos, 2 deles externos à USF.

§ 1.º Por membros das Comissões Examinadoras entendem-se:

- I. Membro Interno – docente do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação da Universidade São Francisco;
- II. Membro Externo – docente de outras instituições, sem vínculo com o Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade São Francisco.

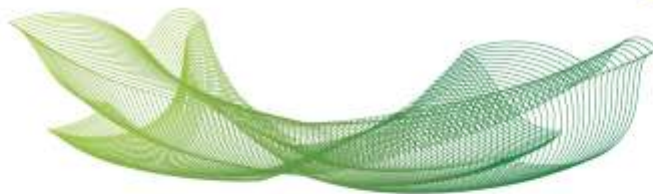
§ 2.º As Comissões Examinadoras têm como presidente o orientador.

§ 3.º Devem constar das Comissões Examinadoras 2 membros suplentes, 1 dos quais externo à USF, exceto para o exame de qualificação do Doutorado, podendo ser um membro suplente interno do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu ou externo à USF.

§ 4.º No exame de qualificação ou apresentação de mestrado ou defesa de doutorado, poderão ocorrer participações a distância, por videoconferência ou webconferência ou, ainda, na inviabilidade dessas, por meio de parecer por escrito.

§ 5.º Na composição da Comissão Examinadora para a apresentação da dissertação de mestrado, preferencialmente, 1 dos membros deverá ter participado da Comissão Examinadora do Exame de Qualificação, excluindo-se o orientador.

§ 6.º Na composição da Comissão Examinadora para a Defesa da Tese de Doutorado, preferencialmente, 2 dos membros deverão ter participado da Comissão Examinadora do Exame de Qualificação, excluindo-se o orientador.



§ 7.º Na falta ou impedimento de qualquer membro das Comissões Examinadoras, incluindo os suplentes, o Coordenador do Programa deverá designar um substituto.

TÍTULO XIV DO ESTÁGIO DOCENTE

Art. 57. O Estágio Docente é parte integrante da formação do pós-graduando, objetivando a preparação para a docência e a qualificação para o ensino de graduação.

§ 1.º O Estágio Docente é obrigatório para todos os estudantes do Programa (Mestrado e Doutorado), nos termos da Lei 11.788/2008 ou suas alterações.

§ 2.º O Estágio Docente seguirá a regulamentação específica para os estudantes bolsistas PROEX/PROSUC/CAPES.

§ 3.º O Estágio Docente deverá ter duração mínima de 1 semestre.

Art. 58. As atividades desenvolvidas no estágio docente deverão ser compatíveis com a área de pesquisa do PPGSS realizada pelo estudante.

Art. 59. Compete ao docente responsável pelo componente Estágio Docente aprovar, acompanhar, supervisionar, registrar e avaliar o Estágio Docente realizado pelo estudante.

Parágrafo único. O Estágio Docente utilizará, obrigatoriamente, o Ambiente Virtual de Aprendizagem para supervisão, acompanhamento e registro.

Art. 60. Para a realização do Estágio Docente, o estudante deverá matricular-se no Estágio Docente e elaborar conjuntamente com o docente responsável pelo componente curricular da graduação um plano de trabalho que deve ser aprovado pela coordenação do Curso de Graduação e pelo professor responsável pelo Estágio Docente.

Art. 61. Ao término das atividades de Estágio Docente, o estudante deverá encaminhar um relatório final das atividades realizadas para o Docente do Estágio, acompanhado de parecer do professor responsável pelo componente curricular em que atuou.

Parágrafo único. O aproveitamento do Estágio Docente/Profissional será avaliado de acordo com os seguintes conceitos:

- I. A – Excelente – aprovado
- II. B – Bom – aprovado
- III. C – Regular – aprovado



IV. D – Insuficiente – reprovado

Art. 62. Casos de desistência ou cancelamento do Estágio representarão reprovação no Estágio Docente.

Art. 63. A realização do Estágio Docente não gera qualquer vínculo empregatício do estudante de pós-graduação com a Universidade São Francisco ou com a Casa de Nossa Senhora da Paz – Ação Social Franciscana, e não dá direito a qualquer tipo de remuneração.

Art. 64. Estudantes que atuam na docência no ensino superior terão a convalidação dos créditos em Estágio Docente após a apresentação de documento de comprovação.

TÍTULO XV DOS ESTÁGIOS PÓS-DOCTORAIS

Art. 65. O Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação oferece estágio, não remunerado pela USF, de pós-doutoramento, que constitui modalidade de qualificação e capacitação do pesquisador na pesquisa e docência.

§ 1.º Poderão participar do estágio não remunerado de pós-doutoramento aqueles pesquisadores que tenham o título de doutor obtido no Brasil ou no exterior.

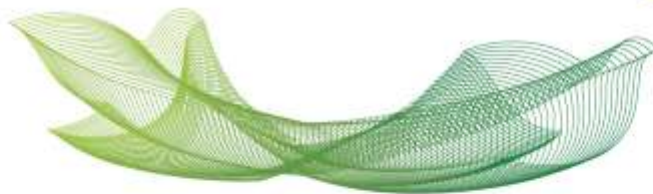
§ 2.º Serão supervisores do estágio de pós-doutoramento todos os professores credenciados do Programa para a orientação de doutorado.

§ 3.º O estagiário de pós-doutoramento poderá se inscrever para receber bolsa das agências de fomento, desde que com a anuência de seu supervisor.

Art. 66. Para ingresso no estágio de pós-doutoramento, cabe ao interessado apresentar, por meio de protocolo online, ao coordenador do programa, em qualquer momento, os seguintes documentos:

- I. RG, CPF, certidão de nascimento ou casamento, comprovante de residência e Diploma de Doutorado;
- II. projeto de pesquisa;
- III. currículo lattes atualizado;
- IV. indicação de um professor do Programa para ser o seu supervisor de estágio.

Art. 67. O ingresso do candidato no estágio de Pós-Doutoramento dependerá da aprovação pelo colegiado do Programa e da disponibilidade para orientação do supervisor indicado.



Art. 68. O estagiário de pós-doutoramento deverá:

- I. desenvolver o projeto de pesquisa apresentado;
- II. participar das atividades indicadas pelo supervisor;
- III. apresentar produções científicas com o supervisor;
- IV. apresentar relatórios semestrais de atividades;
- V. realizar estágio docente em disciplinas da USF, na graduação ou pós-graduação lato ou stricto sensu, conforme plano de trabalho elaborado conjuntamente com o supervisor e aprovado pela Coordenação do curso/programa envolvido e do Núcleo de Carreira Docente.

Parágrafo único. O Estágio Docente descrito no inciso V deste artigo deverá ocorrer nos termos da Lei 11.788/2008 ou suas alterações, somente podendo ser iniciado após assinatura do termo de compromisso de estágio.

Art. 69. O estágio não remunerado de pós-doutoramento poderá ser desenvolvido em um prazo acordado pelo colegiado do Programa.

Art. 70. O estagiário de pós-doutoramento não pagará mensalidade nem gerará qualquer vínculo empregatício (direta ou indiretamente) com a Universidade São Francisco, ocorrendo o início das suas atividades somente após a formalização de instrumento próprio entre as partes.

§ 1.º O contrato de estágio incluirá a vigência do mesmo, bem como as atribuições do estagiário.

§ 2.º O não cumprimento das atribuições do estagiário e/ou término da vigência implicará desligamento automático do mesmo.

TÍTULO XVI DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Art. 71. São consideradas como atividades complementares aquelas que possuem cunho acadêmico e que propiciam ao pós-graduando o desenvolvimento de competências relacionadas ao aprimoramento da formação, assim como a aproximação com a sociedade.

§ 1.º As atividades complementares deverão compor um mínimo de 60 horas, e o planejamento é determinado a partir dos interesses do estudante, da linha de pesquisa e devem ser realizadas ao longo do curso, sendo validadas mediante pedido comprovado do estudante à coordenação do programa.

§ 2.º Serão consideradas as atividades complementares realizadas no período de realização do



curso de mestrado ou doutorado.

§ 3.º As atividades complementares estão classificadas em categorias, devendo a carga horária ser distribuída em pelo menos três das categorias especificadas abaixo:

- I. atividades de extensão: na participação em atividades, cursos ou projetos de extensão serão consideradas até 20 horas;
- II. eventos e cursos: na participação em congressos, seminários, semanas temáticas, semana universitária, mesas-redondas, palestras, conferências, oficinas, cursos de atualização, cursos de software gráfico e eventos culturais serão consideradas até 20 horas, desde que comprovadas as horas em cada um dos eventos/cursos;
- III. acompanhamento e orientação de estudantes de graduação, pós-graduação lato sensu ou Iniciação Científica: cada acompanhamento formal e orientado por um docente do Programa ou docente da graduação por pelo menos um semestre letivo será contabilizado como 20 horas, não correspondendo ao estágio de docência;
- IV. organização de eventos: participação em comissões organizadoras de eventos científicos ou de extensão na área equivale a 10 horas;
- V. representação estudantil: participação como representante discente do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu equivale a 10 horas por semestre;
- VI. participação em bancas de TCC: cada participação em banca de Trabalhos de Conclusão de Curso de graduação equivale a 5 horas;
- VII. aprovação em disciplinas extracurriculares: cada disciplina extracurricular de 4 créditos, de qualquer programa de pós-graduação, equivale a 30 horas;
- VIII. realização de palestra, minicurso e oficina: cada palestra, minicurso e oficina nos cursos de graduação ou pós-graduação lato sensu corresponde a 5 horas, podendo ser contabilizadas até no máximo 20 horas;
- IX. estágio docente excedente: a participação em estágio docente, além do obrigatório em grade curricular, irá contabilizar 20 horas;
- X. participação em grupo de pesquisa: participação em reuniões, atividades, discussão, textos relacionados ao grupo de pesquisa em que está inserido corresponde a 20 horas;
- XI. revista científica: participação em atividades de editoração em revista científica na área de concentração do programa corresponde a 20 horas por semestre;
- XII. leitor crítico: cada participação dos estudantes de doutorado em banca de mestrado ou doutorado como leitor crítico equivale a 5 horas;
- XIII. outras atividades avaliadas e aprovadas pelo colegiado do programa equivalem a 10 horas.



TÍTULO XVII DA AUTOAVALIAÇÃO

Art. 72. Os Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação monitoram sua qualidade por meio da autoavaliação, com o objetivo de gerar resultados na qualidade da formação discente, em seus impactos e/ou inserção social.

Parágrafo único. O processo de autoavaliação possui etapas que envolvem a avaliação do sucesso do estudante, do professor e do programa de maneira global.

Art. 73. Autoavaliação do programa é feita por meio de aplicação de questionários qualitativos e quantitativos, sendo a participação obrigatória para discente, docente e técnicos administrativos.

TÍTULO XVIII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 74. Casos específicos que não se encontrem contemplados por este Regulamento serão avaliados e definidos pelo Núcleo de Pós-Graduação Stricto Sensu.

Art. 75. Este Regulamento entra em vigor nesta data, revogadas as disposições contrárias.



MANIFESTO DE ASSINATURAS



Código de validação: ZEZ2R-CSMJ8-CFLRM-XMCGF

Esse documento foi assinado pelos seguintes signatários nas datas indicadas (Fuso horário de Brasília):

- ✓ GILBERTO GONCALVES GARCIA (CPF ***.520.431-**) em 09/11/2023 19:34 - Assinado com certificado digital ICP-Brasil

Para verificar as assinaturas, acesse o link direto de validação deste documento:

<https://portaldeassinaturas.usf.edu.br/validate/ZEZ2R-CSMJ8-CFLRM-XMCGF>

Ou acesse a consulta de documentos assinados disponível no link abaixo e informe o código de validação:

<https://portaldeassinaturas.usf.edu.br/validate>